

THALES GUARACY

A EXPLORAÇÃO DO BRASIL 1700-1800

Como a descoberta de ouro por um pioneiro azarado, um padre e um assassino consolidou a colônia, salvou uma monarquia e atrasou o futuro de Brasil e Portugal

3º VOLUME DA TRILOGIA FORMAÇÃO DO BRASIL

PREÇO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

 Planeta

THALES GUARACY

A EXPLORAÇÃO DO BRASIL 1700-1800

Como a descoberta de ouro por um pioneiro azarado, um padre e um assassino consolidou a colônia, salvou uma monarquia e atrasou o futuro do Brasil e de Portugal

3º VOLUME DA TRILOGIA FORMAÇÃO DO BRASIL

 Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Thales Guaracy, 2025
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2025
Todos os direitos reservados.

PREPARAÇÃO DE TEXTO: Lígia Alves

REVISÃO: Fernanda Guerriero Antunes e Ana Maria Fiorini

PROJETO GRÁFICO DE MIOLO E DIAGRAMAÇÃO: Negrito Produção Editorial

CAPA: Estúdio Foresti Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Guaracy, Thales

A exploração do Brasil 1700-1800 : como a descoberta de ouro por um prisioneiro azarado, um padre e um assassino consolidou a colônia, salvou a monarquia e atrasou o futuro do Brasil e de Portugal / Thales Guaracy. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2025.

368, [16] p. : il. (Coleção Formação do Brasil ; vol. 3)

Bibliografia

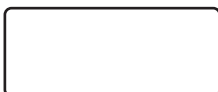
ISBN 978-85-422-3169-4

1. Brasil – História – 1700-1800. I. Título.

24-3297

CDD 981

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil – História



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2025

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra, 986 – 4º andar – Consolação

01415-002 – São Paulo-SP

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

CAPÍTULO 1

O ouro salva um reino

Em 1674, o bandeirante Fernão Dias Pais Leme seguiu de São Paulo para o norte, com uma bandeira que mudou o curso da história do Brasil e de Portugal. Dez anos antes, tinha recebido uma Carta Régia, na qual o regente dom Pedro de Bragança lhe pedia que procurasse ouro na serra do Sabarabuçu – nome vindo do tupi *tesáberabusu*, “grandes olhos brilhantes”, que seriam um sinal de riquezas encontradas pelos povos nativos. Por isso, os luso-brasileiros também a chamavam de Serra Resplandecente, sua versão para o mito espanhol do Eldorado.

Ao receber a real incumbência, com mais de sessenta anos de idade, já muito rico, dono de uma fazenda na região de Santana de Parnaíba com mais de 5 mil escravos indígenas, Pais Leme prote-lou aquela expedição tanto quanto pôde. Levou três anos somente para a organização da logística, de forma a mobilizar um milhar de pessoas, criando lavouras ao longo do caminho para abastecer a coluna enquanto se movia, como fazia no passado o exército romano.

Explorou aquela região, também conhecida como o sertão dos Cataguases, por ser em grande parte ocupada por indígenas famosos pela belicosidade, que chamavam a si mesmos de *catu-auá* (“gente

boa”, em tupi), por oposição aos paulistas, os *poxi-auás* (“gente ruim”). Com a ajuda de guias mapaxós, Pais Leme encontrou a lagoa Vapabuçu – local onde achou umas pedras verdes, assim como o legendário Marcos Azeredo, o primeiro a explorar aquela região, no século anterior. Porém, em 1671, no caminho de volta, aos 73 anos, Pais Leme morreu nas proximidades do Guaicuí – nome indígena do rio das Velhas, que nasce na serra onde se encontra a atual cidade de Ouro Preto e sobe rumo ao norte, passando pelo Sabarabuçu, até desaguar no rio São Francisco, num percurso de 801 quilômetros.

Como Azeredo, Pais Leme foi vitimado pela malária. Não sabia que as pedras verdes eram turmalinas, minerais semipreciosos. Nem ele nem Manuel de Borba Gato, casado com sua filha, Maria Leite. Deixado pelo sogro no controle do povoado do Sabarabuçu, onde viveu sete anos longe da mulher e das filhas, que permaneceram em São Paulo, Gato foi ao encontro do sogro, mas o achou já sem vida. Logo depois, chegou ao Sabarabuçu o interventor dom Rodrigo de Castelo Branco, espanhol radicado no Brasil desde 1674, enviado pelo regente dom Pedro. Diante da demora de Pais Leme, nomeado novo administrador-geral das Minas, com amplos poderes, dom Rodrigo tomou de Borba Gato as pedras verdes, a exploração das minas, o comando do Sabarabuçu e até a munição.

Borba Gato cometeu, então, o crime que foi sua desgraça – e, depois, também a sua sorte. Matou dom Rodrigo, atirando-o num despenhadeiro do local que ficou conhecido como o “Alto do Fidalgo”. O assassinato teve poucas e mudas testemunhas e foi visto com leniência na vila de São Paulo, onde a família de Pais Leme era muito influente. Em 2 de novembro de 1682, a Câmara de São Paulo enviou uma carta à Corte informando que dom Rodrigo havia morrido por conta de uma queda acidental.

Como era difícil acreditar nessa explicação, Borba Gato achou melhor internar-se no sertão, onde passou dezessete anos sem ser importunado pela Justiça. Manteve contato regular com a família em São Paulo e sabia-se com razoável precisão, na época, onde ele

se encontrava. Uma das notícias que circularam sobre seu paradeiro é a de que ele teria vivido entre indígenas no sertão do rio Piracicaba (Piracicava, “montanha em que o peixe para”), hoje município de Ipatinga, e participado da bandeira aos Campos Gerais dos Cataguases promovida por um padre, João de Faria Fialho. Vigário de Taubaté, Fialho procurava ouro com o propósito declarado de financiar a paróquia de Nossa Senhora do Bom Nascido Sucesso de Pindamonhangaba.

Por ordem de dom Pedro, que governava interinamente, como regente, após o afastamento de seu irmão dom Afonso, Lourenço Castanho Taques combateu os Cataguases, que ainda tornavam o garimpo uma atividade de alto risco. Taques voltou a São Paulo vencedor e com a notícia de que havia indícios de ouro naquela região. Recebeu de dom Pedro o direito de explorá-la, como governador das minas de Caeté. Morreu logo depois, em 1677, sem realizar a expedição, mas deixou livre dos Cataguases o caminho para o Sabarabuçu.

Encontrar ouro era a esperança de dom Pedro, que se mostrava preocupado com as finanças e o futuro do império português, endividado desde a guerra de separação da Espanha, e perdendo o mercado de açúcar para neerlandeses e britânicos. Em 2 de dezembro de 1683, o regente nomeou como “administrador das minas de esmeraldas” o filho de Fernão Dias Pais Leme e cunhado de Borba Gato, Garcia Rodrigues Pais. Como incentivo para a investida no sertão dos Cataguases, dom Pedro assegurava aos paulistas a propriedade dos indígenas que fossem aprisionados no Sabarabuçu, levados como escravos para Piratininga. A quem encontrava as minas, garantia o direito de exploração, descontado o quinto para a Coroa. Esta ficava também com uma das glebas em que o garimpo era dividido – e a Fazenda Real podia vendê-la em leilão.

Em 28 de fevereiro de 1684, Garcia Rodrigues Pais declarou, conforme registro na Câmara da vila de São Paulo, que partiria depois da Páscoa com os cunhados Domingos Rodrigues da Fonseca Leme e Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo. Seu pai não tinha

encontrado esmeraldas verdadeiras, mas o caminho aberto para o Sabarabuçu e todo o sertão dos Cataguases, sob sua orquestração, passou a ser o destino de outros bandeirantes.

E foi seguindo os passos do padre Fialho, de um assassino – o próprio Borba Gato – e de um aventureiro azarado que essas bandeiras deram um grande salto na ocupação do território e na história colonial brasileira.

*

O aventureiro azarado, primeiro explorador a descobrir ouro na capitania das Minas Gerais, foi Antônio Rodrigues de Arzão, natural de Taubaté, povoamento criado em 1640 pelo capitão Jacques Félix. Arzão começou a vida como cabo nas bandeiras de preagem de indígenas e, em busca de esmeraldas, seguiu o caminho de Fernão Dias Pais Leme pelo território do atual estado de Minas Gerais.

Com cinquenta homens, entre eles Carlos Pedroso da Silveira, antigo ouvidor e capitão-mor das vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, vasculhou o Sabarabuçu. Como ocorreu com a expedição de Pais Leme, porém, a malária e uma rebelião dos indígenas que serviam de guias e carregadores dizimaram boa parte de seu grupo. Na região do rio Itaverava, ou Itaberaba (“pedra brilhante”), quando lavava pratos no rio Caeté (“mato bravo”), ou rio da Casca, a cinco léguas do rio Doce, Arzão descobriu em meio ao cascalho um material amarelo, que carregou em seus alforjes.

Ao contrário de Fernão Dias, que acreditava serem verdadeiras esmeraldas que eram falsas, Arzão encontrou ouro acreditando ser falso, mas era verdadeiro. Não soube que estava rico, muito menos desfrutou da fortuna. Já envelhecido e doente, morreu logo depois de voltar a Taubaté, de acordo com o genealogista e historiador Luiz Gonzaga da Silva Leme.¹ Deixou, porém, seu achado e os registros da viagem a um concunhado, Bartolomeu Bueno de Siqueira.

1 Luiz Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia paulistana*, 1905.

Em meados de 1694, seguindo as anotações de Arzão, Bueno de Siqueira empreendeu uma expedição com Carlos Pedroso da Silveira “em busca desse metal, e consultando o dito roteiro, foi ter a Itaberaba (pedra brilhante) onde, em distância de 8 léguas, fundou a povoação de Ouro Preto e outras vizinhas.”² Andaram por lugares de difícil acesso, aos quais se chegava avançando penosamente pela acidentada e labiríntica serra do Espinhaço.

Os bandeirantes peneiravam o material de aluvião, uma camada superficial da terra, como uma espécie de cascalho amontoadado pela água das chuvas nos rios e suas proximidades. Esse trabalho era mais fácil no fundo e na beira dos rios, mas eles também cavavam canais para passar a água, lavando os resíduos de material amarelo misturado ao cascalho no entorno. Toda a margem do rio era esquadrinhada. A água corrente dos canais era filtrada por pelegos de cavalo ou de onça, para “pentear” o material mais fino. Os pelegos então eram lavados e o resíduo depurado nas bateias, prato cônico de cedro ou estanho com o qual faziam um movimento circular, que separava o metal do cascalho. O resto desta segunda peneirada era depois depositado nas “faisqueiras” – nome devido ao brilho do metal ao sol.

Misturado à sujeira do Tripuí, um córrego lamacento da mata úmida, na serra de Itaverava, acharam um metal que, por conta das impurezas, tinha uma cor que variava do amarelo a um cinzento amarelado – o “ouro preto”, ou “ouro podre”. A primeira referência por escrito a esse “ouro preto” aparece numa carta de 1709 enviada pelo bandeirante Bento do Amaral Coutinho, abastado senhor de engenho e dono de minas, ao capitão-geral e governador do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, Artur de Sá e Meneses.³

No ano seguinte ao de seu achado, 1695, Bueno de Siqueira e Pedroso da Silveira levaram o resultado do garimpo na serra do

² Luiz Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia paulistana*, op. cit.

³ José Soares de Mello, *Emboabas: crônica de uma revolução nativista, documentos inéditos*, São Paulo: São Paulo Editora, 1929.

Espinhaço ao governador Antônio Paes de Sande, no Rio de Janeiro, que confirmou terem encontrado ouro de verdade. Com os recursos obtidos na primeira expedição, Pedroso da Silveira patrocinou várias outras bandeiras ao sertão dos Cataguases e criou uma casa de fundição em Taubaté, onde o ouro era “quintado” – separava-se a parte destinada ao pagamento do quinto à Fazenda Real. Dado o risco no caminho, levou o ouro pessoalmente a Portugal.

Como apoio logístico nos povoados em “vários ribeiros e morros com diferentes denominações”, como Vila Rica, Ouro Preto e Tripuí,⁴ Borba Gato esquadrinhou toda a região do Sabarabuçu, mais adiante no curso do rio das Velhas, e nela fundou os arraiais de Sabará e Caeté.

A descoberta de ouro na região transformou o bandeirante de antigo proscrito em autoridade. Em 15 de outubro de 1698, por meio de uma carta patente, ganhou o posto de tenente-geral do Mato, o que significava a chefia das explorações das minas do Sabarabuçu. Em 6 de março de 1700, com seus genros Antônio Tavares e Francisco de Arruda, Borba Gato foi nomeado guarda-mor do distrito das Minas do Rio das Velhas – uma espécie de fiscal de uma ampla zona de garimpo, formada pela bacia do rio, com mais de 29 mil quilômetros quadrados.

Quando o governador Artur de Sá e Meneses visitou o Sabarabuçu, em abril de 1701, Borba Gato lhe prometeu “minas tão abundantes de ouro que seriam uma nova fonte de riqueza para a Coroa e prosperidade para seus vassalos”. Levou pessoalmente o governador-mor para ver as escavações no rio das Velhas. Estava redimido. Com o pseudônimo de Glauceste Satúrnio, o poeta Cláudio Manuel da Costa, advogado nascido em Mariana, escreveu uma apologia de Borba Gato, no seu poema “Vila Rica”, de 1773. No poema, dirigido a José Antônio Gomes Freire de Andrade, então governador das Minas, Manuel da Costa cantou em verso a glória do fundador de toda

4 Cláudio Manuel da Costa, *Vila Rica*, 1773.

aquela riqueza, que valia também por uma defesa histórica, ou a sua remissão:

Acusado por cúmplice na morte
Do grande Dom Rodrigo, a minha sorte,
Mais que o delito meu, desculpar venho;
Sem adorno o sucesso agora tenho
De dizer-te; e verás, hoje informado,
Que sou mais infeliz do que culpado.⁵

*

No Regimento Mineral, de 19 de abril de 1702, redigido de próprio punho, dom Pedro reformulou as provedorias das Minas, transformando-as em superintendências, e, entre outras providências, regulamentou a demarcação das datas, propriedades onde se podia exercer o garimpo como concessão do Estado.

Em 9 de junho de 1702, Sá e Meneses promoveu Borba Gato de guarda-mor a superintendente, com poderes sobre todas as minas entre o rio das Velhas e Paraopeba (ou Piraipeba, “rio de peixe chato”), além das serras de Itatiaia, entre as vilas que no futuro seriam chamadas de Ouro Preto e Ouro Branco. Como superintendente das Minas, a principal função do bandeirante era repartir a área de mineração. Pela regra instituída por dom Pedro no Regimento Mineral, de 1702, quem descobrisse ouro tinha direito a escolher e ficar com a propriedade de duas datas – dois lotes de terreno –, que podia explorar ou vender. Uma terceira data ficava obrigatoriamente para a Coroa, que a leiloava – comprava quem dava o lance maior, mediante depósito na Fazenda Real. Uma quarta data ficava para um representante da Coroa, o guarda-mor, que gerenciava a chamada “data inteira”, isto é, o conjunto de datas onde se

5 Cláudio Manuel da Costa, *Vila Rica*, *op. cit.*

daria a exploração. O restante do garimpo era dividido em lotes de trinta braças, que eram sorteados.

No decreto, dom Pedro esclareceu que a regra visava impedir a distribuição de lotes além da capacidade de exploração de cada um. “Sucede ordinariamente aos poderosos não poderem lavrar tantas datas, dando-nas aos pobres [...] em prejuízo dos meus vassalos, mas também dos meus quintos”, escreveu.⁶

O decreto dava um prazo de quarenta dias para que se comesse a lavrar as datas após sua divisão e determinava ao superintendente das Minas, “com toda a jurisdição ordinária, civil e crime”, que estabelecesse a preferência na dação de lavras para quem tinha mais escravos, determinando-lhe uma área de duas braças por escravo, para maior produtividade das minas.⁷

O grande desafio dos intendentes era evitar o contrabando. Por isso, o exercício da profissão de ourives, que já tinha sido proibido por cartas régias em 1684 e 1698, foi suspenso novamente em 1703. Para combater os desvios, a Coroa instituiu os Registros do Ouro, postos de arrecadação em vilas como Jacobina e Rio das Contas, com fiscais que naquele tempo eram chamados de “guardas”. Borba Gato instalou postos de inspeção na estrada para verificar a cobrança do quinto do ouro e demais mercadorias que transitavam pela região. Na prática, ele passava a ser a lei. O Regimento Mineral dava ao superintendente autoridade para agir como achasse melhor quando algumas das 32 recomendações do decreto se mostrassem “inconvenientes” ou sua execução fosse “prejudicial ao fim que se pretende”.⁸

Era mais fácil o controle nas minas do rio das Velhas (Caeté, Sabará), que se encontravam mapeadas, assim como no rio das Mortes (São João del-Rei). Nas regiões não mapeadas – as “minas gerais” dos Cataguases, que davam nome a toda a região ainda não datada,

6 Regimento Mineral, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano I, fasc. 4, dez. 1896.

7 Pedro II, *Regimento para a direção e governo da gente que trabalha nas minas que há nesses sertões do Brasil*, Arquivo Histórico Ultramarino, 1702, AHU_ACL_CU, cx. 1.

8 Regimento Mineral, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, op. cit.

mais tarde estendido à futura capitania –, a posse ficava com quem chegava primeiro. Era assim na divisa muitas vezes imprecisa entre distritos, ou na vasta região de jurisdição indefinida entre as capitanias do Rio de Janeiro, sob o comando de Artur de Sá e Meneses, e da Bahia, onde se encontrava o governador-geral da capitania e da colônia, dom João Lencastre, herói da guerra contra a Espanha e governador-geral do Brasil de 1694 a 1707.

A notícia da descoberta de ouro em quantidade disparou uma corrida rumo à extensa faixa de terra dos rios Tripuí (Vila Rica, Ouro Preto) e o Ribeirão do Carmo (Mariana), ao sul, até mais ao norte, ao longo do rio das Velhas (Caeté, Sabará). Em busca de fortuna, surgiram aventureiros de toda espécie, “gente vaga e tumultuária, pela maior parte vil e pouco morigerada”, conforme descreveu, da Bahia, dom João de Lencastre.⁹ Receava ele que as minas se tornassem “valhacouto de criminosos, vagabundos e malfeitores” e que a mão de obra se tornasse escassa em Salvador e outras praças importantes.

Procurou-se limitar a migração para as minas, de maneira a não prejudicar a produção no restante da colônia por falta de mão de obra. Em janeiro de 1701, um decreto real já havia limitado a entrada na região do garimpo a duzentos escravos por ano, quando se podia importar anualmente 1.200 escravos no Rio de Janeiro e 1.300 em Pernambuco. “Para impedir que muitos deles [colonos] passassem às Minas, deixando os engenhos, proibiu-se a comunicação da Bahia e de Pernambuco para as Minas, e só depois, vendo-se que isso era absurdo, impunha-se o tributo de 4.500 réis por cabeça de cada escravo que para lá se despachasse”, narrou Varnhagen.¹⁰

Além de deter a evasão de braços da lavoura e dos engenhos, a medida procurava evitar a disparada do preço da escravaria. Assim como o Brasil, Angola tinha sofrido uma dramática redução na população de nativos, “devido a guerras destrutivas para ambas as

9 Charles R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil: 1695-1750*, University of California Press, 1962.

10 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil*, op. cit., v. 2.

partes, excessivo trabalho forçado, incursões em busca de escravos e devastações produzidas pela varíola”.¹¹ Como resultado, o preço dos escravos subia desde o final do século XVII, colocando Portugal numa crise crescente de mão de obra.

“A escravidão, fosse doméstica, fosse nos campos ou nas minas, influía na vida do Brasil colonial – mais profunda e amplamente do que qualquer outro fator por si só”, escreveu Boxer, que acrescentou:

O trabalho escravo, negro, produzia o açúcar e o fumo que então formavam a base da economia brasileira [...] Senhores de engenho e sacerdotes, oficiais e funcionários, numa palavra, todas as categorias de homens educados, eram concordes em que, sem um suprimento seguro de trabalho escravo, vindo da África Negra, a América Portuguesa não era viável.¹²

Na África, o escravo era trocado por fumo, açúcar e aguardente brasileiros. Porém, enquanto o preço do açúcar vinha caindo desde os anos 1690, o dos escravos – o “marfim negro” – vinha subindo. Um dos negócios mais lucrativos do planeta, seus mercadores eram figuras de grande poder e influência. O maior problema era o assédio dos piratas, sobretudo neerlandeses, que tinham perdido as colônias africanas, retomadas por Portugal.

As tentativas de acordo diplomático com os Países Baixos falharam, e, para não prejudicar o comércio com os portugueses, o rei de Daomé, onde fica a atual república de Benim, ofereceu-lhes a possibilidade de construir uma feitoria na localidade de Ajudá, como entreposto de comércio de escravos. Os senhores de engenho de Salvador ofereceram os recursos para erguê-la, ao mesmo tempo que pediam o monopólio do comércio dos escravos sudaneses vindos de Guiné, considerados trabalhadores melhores que os angolanos.

11 Charles R. Boxer, *A Idade do Ouro do Brasil: 1695-1750*, op. cit.

12 Charles R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil: 1695-1750*, op. cit.

Devido à alta taxa de mortalidade no trajeto, os navios negreiros eram chamados de “tumbeiros”, isto é, verdadeiros esquifes marítimos. Os traficantes tinham de seguir uma lei criada em 1684, que limitava a quantidade de escravos transportados de acordo com a tonelagem de cada embarcação. Nas caravelas, maiores, chegavam a quinhentos. No século XVIII, os portugueses preferiam embarcações menores e mais rápidas, pela dificuldade de manter a carga humana viva em travessias prolongadas. Nos bergantins, que levavam até duzentos escravos, a viagem demorava cerca de 35 dias entre Luanda, em Angola, e Recife; quarenta dias para a Bahia e cinquenta até o Rio de Janeiro. Ao chegar, os escravos eram vendidos nos portos como “peças da Índia”, da mesma forma que mercadorias.¹³

Com a corrida do ouro, um decreto em 1711 proibiu a venda de qualquer escravo para as minas, exceto dos que “pela perversidade dos seus naturais não sejam convenientes para o trato de seus engenhos e suas lavouras”.¹⁴ Porém a medida se revelou inócua. Também no interesse da Coroa, que já via a possibilidade de aumentar a arrecadação da Fazenda Real com mais braços no garimpo, essa proibição acabou em 1715, quando o sistema de cotas foi abolido. A produção de açúcar ficava em segundo lugar na escala de importância.

A partir da década de 1720, rumando para o auge do garimpo, a população de escravos africanos nas minas progrediu vertiginosamente – alcançou 95 mil pessoas em 1745 e 174 mil em 1786. A partir de 1731, passou a funcionar em Vila Rica uma junta de justiça exclusivamente para punir “delinquentes bastardos, carijós, mulatos e negros”.¹⁵

As povoações se multiplicaram no rio das Mortes, onde cresceram os arraiais de São José e São João del-Rei. Havia uma grande

13 Chales R. Boxer, *A Idade do Ouro do Brasil: 1695-1750*, op. cit.

14 Livro das Cartas Régias, 1702-1711, in Charles R. Boxer, *A Idade do Ouro do Brasil: 1695-1750*, op. cit.

15 Douglas Cole Libby, As populações escravas das Minas setecentistas, in Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (org.), *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, São Paulo: Autêntica, 2007, v. 1.